

➤ R\$ 2,8 milhões em cocaína I

A Polícia Militar (PM) apreendeu 137 kg de pasta-base de cocaína em um caminhão na BR-262, na altura de Bom Despacho, na região Centro-Oeste, na madrugada de ontem. O material renderia 1.500 kg da droga e está avaliado em R\$ 2,8 milhões, segundo a corporação.



PMMG/DIVULGAÇÃO

➤ R\$ 2,8 milhões em cocaína II

Havia 70 kg de pasta-base perto das rodas do veículo, em um fundo falso, e o restante estava próximo ao engate. Segundo denúncia feita à PM, o caminhão estava estacionado em um posto de combustíveis havia três dias. O dono do veículo foi localizado na cidade e preso.

Prazo. Valor só vai mudar após BHTrans e empresas serem notificadas

Justiça decide que tarifa de ônibus em BH não pode subir

Segundo juíza, faltou transparência para definir novo preço para serviço

■ BERNARDO MIRANDA
FRANCO MALHEIRO

A Justiça de Minas Gerais suspendeu o aumento da tarifa de ônibus em Belo Horizonte. Em decisão liminar, expedida ontem, foi determinado que o valor da passagem volte a ser de R\$ 4,05. Na prática, a medida invalida o reajuste de 11% que elevou o preço para R\$ 4,50, em vigor desde ontem. No entanto, o valor vai ser reduzido somente após Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) e empresas de transporte coletivo da capital serem notificadas judicialmente.

A decisão atende a Ação Civil Pública impetrada pelo movimento Nossa BH, com apoio do Tarifa Zero BH, que pediu a nulidade do decreto da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) que determinou o aumento. “Estavam em discussão três outros valores, um de R\$ 3,45 calculado pelo Tarifa Zero com base na metodologia utilizada para fazer o cálculo da passagem na cidade até 2007, outro de cerca de R\$ 5,20



DOUGLAS MAGNO

Novela. Decisão foi tomada horas após aumento de R\$ 4,05 para R\$ 4,50 ter entrado em vigor

calculado pela BHTrans utilizando a metodologia da Associação Nacional de Transportes Públicos e um terceiro, de R\$ 6,25, calculado pela empresa de auditoria contratada pela prefeitura para uma verificação contábil do contrato de concessão. O valor de R\$ 4,50 foi imposto sem nenhuma justificativa técnica”, argumentou o Nossas BH ao mover a ação.

Na liminar divulgada pelo coletivo, a juíza de plantão, Dênia Francisca Corgozinho, declarou que “o aumento da tarifa anual, anunciado em 11%, não atende aos critérios da auditoria contratada pelo município de Belo Horizonte e nem ao relatório apresentado pela parte autora” (Nossas BH).

A juíza critica a falta de transparência para determinar o valor. “O sistema de transporte coletivo de Belo Horizonte passa por uma crise de transparência e segurança em relação à sua consecução e aos valores que devem ser cobrados de seus usuários”, analisou.

A magistrada determinou que BHTrans, prefeitura e empresas retornem o preço da passagem para R\$ 4,05 a partir da 0h de hoje. Por assessoria, PBH e Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte informaram que só vão se manifestar quando forem notificadas da decisão, o que não tinha ocorrido até o fechamento desta edição.

MP investiga se houve irregularidade

■ A decisão da Justiça que derrubou o aumento da passagem de ônibus em Belo Horizonte determina que os autos sejam enviados ao Ministério Público. Os promotores já abriram investigação para apurar se houve irregularidade na concessão do reajuste. Levantamento feito por O TEMPO antes da decisão judicial apontava a passagem de Belo Horizonte como a mais cara do país, seguida por Florianópolis, em Santa Catarina (R\$ 4,40). (BM)

PAINEL DO TRANSPORTE



comunicacao@setcemg.org.br

A importância do Sistema S

Nos últimos dias, muito tem se falado sobre possíveis cortes no Sistema S. Na maioria das vezes, inclusive pelo futuro ministro da Economia, de forma equivocada, deixando claro que pouco se tem conhecimento sobre a realidade do sistema.

É fácil dizer que é preciso reduzir 30% ou 50% ao defender o corte de gastos públicos. Mas penso que esta não seja a melhor forma de dialogar e criar condições para o crescimento e o desenvolvimento da economia brasileira.

Inicialmente, as questões levantadas pelo futuro ministro trazem dúvidas sobre sua intenção; se pretende cortar para desonerar a folha e as empresas ou se pretende transferir do Sistema S para cobrir o rombo das finanças públicas.

O Sistema S é mantido pelas empresas que pagam contribuições compulsórias e é composto por três entidades com finalidades distintas: o sistema social do trabalhador, o sistema nacional de aprendizagem do trabalhador e o Sebrae, que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento das pequenas e microempresas. Onde o ministro quer cortar?

Se pretende cortar no Sebrae, significa que está adotando uma política de desonerar as grandes empresas em detrimento do desenvolvimento das microempresas, indo contra o previsto na Constituição Federal. Se for no sistema social, não vai prejudicar as federações, pois o sistema social é voltado diretamente ao trabalhador; significa que reduzirá a carga tributária do grande empresário e prejudicará o atendimento social ao trabalhador.

No caso do transporte, o sistema social tem como objetivo prestar serviços de saúde complementar ao trabalhador, com atendimento gratuito nas áreas de odontologia, psicologia, nutrição e fisioterapia, além oferecer aos trabalhadores e suas famílias opções para desenvolver o relacionamento social e o lazer.

A terceira vertente é o serviço de aprendizagem, que tem como objetivo a formação profissional. Não vejo nenhuma razoabilidade em reduzir esse investimento no Brasil, onde falta mão de obra qualificada, e, repetindo, vai tirar verba para a formação profissional e reduzir a carga tributária das grandes empresas.

O Sistema S não tem objetivo de financiar as entidades patronais, como quis fazer entender o futuro ministro, mas sim o bem-estar do trabalhador na área social e na aprendizagem, melhorando o nível de mão de obra e dando condições de termos um crescimento sustentável.

É preciso conhecer o sistema para depois propor alterações. Melhor que reduzir a arrecadação é fazer com que as verbas sejam efetivamente aplicadas em suas finalidades constitucionais.

Vander Francisco Costa
Vice-presidente da Fetcemg

Região metropolitana. Moradores devem ficar muito atentos a riscos geológicos, alerta Defesa Civil de BH

Excesso de água da chuva no solo exige cuidados

■ MARIANA NOGUEIRA
NATÁLIA OLIVEIRA

O coronel Alexandre Lucas, subsecretário de Defesa Civil Municipal de Belo Horizonte, afirmou ontem que as pancadas de chuva vão continuar na capital hoje, último dia do ano, e nos primeiros dias de 2019 e alertou que os moradores precisam tomar cuidado. “Já que o solo es-

tá encharcado porque choveu durante muitos dias, é importante que a população fique atenta aos riscos geológicos”, disse.

Segundo ele, o cuidado vale não apenas para as áreas de invasão, mas também na área “formal”. “Por causa das mudanças e escavações, agora é hora de ficar muito atento a quedas de muros, escorregamen-

tos e deslizamentos de terras”, disse o coronel.

Na manhã de ontem, um forte nevoeiro cobriu parte de Belo Horizonte. Moradores da região metropolitana registraram o fenômeno em redes sociais. Pelo Twitter, a Polícia Rodoviária Federal chamou a atenção para o perigo que a neblina representa nas estradas.

O fenômeno se deve ao



DOUGLAS MAGNO

Umidade no solo se condensou rapidamente e formou nevoeiro em BH

rápido condensamento da água acumulada no solo da capital, que registrou chuvas todos os dias desde 19 de dezembro.

Em BH, até o fechamento desta edição, sete pessoas tinham morrido devido às chuvas desde outubro, início do período chuvoso. Em Minas, de acordo a Defesa Civil Estadual, houve 16 mortes devido às chuvas.